

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS – ES

IMPACTO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.837.695/0001-08, com endereço na Rua Domingos Carrafa, nº 717 – Bairro Guriri Norte, São Mateus/ES – CEP 29946-230, representada por **MARCOS ANTONIO JANKOWITSCK AMORIM**, CPF sob o nº 144.475.047-07, por seu advogado infra-assinado, vem expor e requerer o que segue:

I – DOS FATOS

A Recorrente participou regularmente do Pregão Eletrônico nº 000041/2025, cujo objeto é a aquisição de **INVR 64 canais – Gravador de Vídeo Digital em Rede**, conforme especificações amplamente detalhadas no Termo de Referência. Durante a sessão, após análise e desclassificações de outras participantes, sagrou-se vencedora a empresa **F. COLBAN SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**.

Ocorre que, ao se verificar os documentos e especificações técnicas encaminhadas pela empresa vencedora, constatou-se que o equipamento por ela ofertado, o “Intelbras iNVD 7164 FT”, não atende às exigências técnicas mínimas e obrigatórias estabelecidas pelo edital, especialmente no que tange às capacidades de inteligência artificial, reconhecimento facial e análise forense nativa no gravador, requisitos expressos e indispensáveis no Termo de Referência.

A aceitação do produto apresentado configura violação direta ao edital, à legalidade, ao julgamento objetivo e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, fundamentos estruturantes do regime licitatório, cuja observância é inafastável pela Administração.

Diante disso, a Recorrente interpõe o presente Recurso Administrativo exclusivamente com o objetivo de **ver assegurada a estrita observância do instrumento convocatório**, de modo a evitar que a Administração contrate

equipamento diverso, inferior ou tecnicamente incapaz de atender às necessidades que justificaram a licitação.

II – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

No regime jurídico das contratações públicas, o edital e, nele, o Termo de Referência, possui força normativa vinculante e estabelece critérios objetivos de seleção que não podem ser flexibilizados. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 5º, reafirma que a Administração está submetida aos princípios da legalidade, vinculação ao edital, julgamento objetivo, competitividade e isonomia.

Os tribunais têm entendimento absolutamente consolidado no sentido de que não é possível admitir propostas que não atendam integralmente às especificações técnicas ou que ofertem produtos com desempenho inferior ao previsto, sob pena de afronta ao julgamento objetivo e violação da isonomia entre os licitantes. Nesse sentido:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

1 - O edital é a lei interna do procedimento licitatório, sendo imprescindível a observação e cumprimento de seus requisitos. 2 - Tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, cabe à Administração Pública e seus administrados procederem aos limites do edital, sob pena de nulidade do procedimento licitatório.

(TJ-MG - Agravo de Instrumento: 2006494-04.2023.8.13 .0000, Relator.: Des.(a) Jair Varão, Data de Julgamento: 23/11/2023, 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 29/11/2023)

No caso concreto, o Termo de Referência exige, de forma expressa e inequívoca os seguintes requisitos do item:

INVR64 CANAIS – Gravador de Vídeo Digital em rede que permite a gravação e o gerenciamento de até 64 câmeras ip. equipamento compatível com as inteligências de vídeos das câmeras LPR, contagem de pessoas, mapa de calor, reconhecimento facial em até 8 canais, busca forense, que identifica características das pessoas como gênero, idade, expressão facial, tipo e cor da roupa, que detecta pessoas e veículos e que cruzem uma linha. Capacidade para 8 hds. Suporta câmera de até 32 MP. sistema operacional Linux. Compressão de vídeo h.265+/h.265/h.264+/h.264/mjpeg. Saída de vídeo: 2hdmi e 2 vga. Resolução da saída de vídeo: hdmin:3840x2160, 1920x1080, 1280x1024, 12180x720. VGA: 1920x1080, 1280x1024, 1280x720. Mosaicos: Tela principal 1/4/8/9/16/32/64 canais. Tela secundária: 1/4/8/9/16 canais. Resolução da gravação: até 32mp. Detecção de vídeos e alarme:

gravação, ptz, tour, saída de alarme, notificação de vídeo, email, foto, buzzer e mensagens na tela. Alarmes de inteligência artificial: detecção facial, reconhecimento facial, inteligência perimetral, detecção de movimento metadados de vídeos, contagem de pessoas, leitura de placas, mapa de calor. Insearch: capacidade até 36 canais. Detecção inteligente de pessoas e veículos: realizado pelo gravador de 32 canais, realizado pela câmera de até canais. Busca inteligente: filtro de humanos e veículos, reduzindo alarme falsos causado por folhas, chuva e mudança de condição de iluminação. Processamento: pelo gravador de até 12 faces por segundos. Reconhecimento facial: realizado pelo gravador até 8 canais e pelas câmeras até 32 canais. Detecção de Epi. Análise forense: capacidade de até 8 canais pelo gravador. Rede: 2 portas RJ45(10/100/1000mbps), Throughput: com IA habilitada 200bmps entrada, 200mbps gravação, 200 mbps saída.

A despeito da descrição expressa, destacam-se os seguintes requisitos:

- Reconhecimento facial **em até 8 canais pelo gravador;**
- Análise forense **em até 8 canais pelo gravador;**
- Processamento nativo de **até 12 faces por segundo;**
- Inteligências de vídeo tais como contagem de pessoas, LPR, mapa de calor e metadados, **diretamente processados pelo gravador;**
- Capacidade de busca forense com identificação de características físicas (gênero, idade, expressões faciais, cor da roupa, etc.).

Tratam-se de requisitos mínimos, essenciais e cumulativos, e não meras preferências tecnológicas. A razão de ser dessas especificações é garantir que o equipamento adquirido pelo Município seja de capacidade superior, apropriado para soluções avançadas de vigilância, inteligência artificial e monitoramento urbano, não podendo a Administração aceitar produto que não atenda integralmente a tais condições.

A flexibilização dessas exigências, como ocorreu ao se aceitar o equipamento da vencedora, **não encontra respaldo jurídico e compromete o atendimento do interesse público**, além de representar ofensa à impessoalidade e ao julgamento objetivo, que exigem tratamento igualitário entre todos os participantes. No mesmo sentido entende o Tribunal de Justiça do Paraná, em decisão recente:

DIREITO ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO . HABILITAÇÃO. IRREGULARIDADE. QUEBRA DA ISONOMIA. VINCULAÇÃO AO EDITAL . PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO. SENTENÇA CONFIRMADA. 1. CASO EM EXAME Trata-se de Remessa Necessária da sentença que concedeu a segurança, anulando a habilitação da empresa concorrente em razão de vícios insanáveis na documentação

apresentada . 2. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Verificar se é cabível a anulação de ato da Comissão de Licitação que permitiu a complementação documental extemporânea e **indeferiu recurso administrativo sem a devida fundamentação, em afronta aos princípios da vinculação ao edital, isonomia e julgamento objetivo.** 3. RAZÕES DE DECIDIR 3 .1. A Administração Pública encontra-se **vinculada aos termos do edital, conforme dispõe o artigo 5º. da Lei n.º 14 .133/2021, sendo vedada a flexibilização das regras editalícias em prejuízo da isonomia entre os licitantes.** 3.2. A juntada posterior de documentos essenciais à habilitação configura inovação vedada pelo artigo 64 da Lei n .º 14.133/2021, que não admite inclusão de novos documentos após a entrega das propostas. 3.3 . O princípio do julgamento objetivo, associado à isonomia, impessoalidade, moralidade e vinculação ao instrumento convocatório, exige decisões baseadas em critérios claros, objetivos e previamente fixados, afastando margens subjetivas ou discricionárias. 3.4. A negativa de recurso administrativo, sob justificativa de emergência e ausência de previsão editalícia, viola o artigo 165, inciso I, alínea c, da Lei n .º 14.133/2021, bem como os princípios do contraditório e da ampla defesa consagrados no artigo 5º., inciso LV, da Constituição Federal. 4 . DISPOSITIVO E TESE Sentença confirmada em reexame necessário. Teses de julgamento: É vedado à Administração Pública permitir a complementação documental extemporânea em procedimento licitatório, especialmente quando se trata de documentos essenciais à habilitação, sob pena de violação aos princípios da vinculação ao edital, isonomia, julgamento objetivo e impessoalidade. Também configura ilegalidade o indeferimento imotivado do direito de interposição de recurso administrativo, garantido pelo artigo 165, I, c, da Lei nº 14.133/2021, em afronta ao contraditório e à ampla defesa previstos no artigo 5º ., LV, da Constituição Federal. A habilitação de licitante com vício de representação e atestados de capacidade técnica inconsistentes compromete a regularidade do certame e impõe a anulação dos atos administrativos que a validaram. Dispositivos relevantes citados: Artigos 5º., 64 e 165, inciso I, alínea c da Lei n .º 14.133/2021; Artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal. Jurisprudência relevante citada: TJSP, Apelação Cível 1000849-24.2022 .8.26.0150; TJSP, Apelação Cível 1004351-45.2024 .8.26.0038. **(grifos nossos)**

(TJ-PR 00049810220258160026 Campo Largo, Relator.: Abraham Lincoln Merheb Calixto, Data de Julgamento: 01/09/2025, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 02/09/2025)

III – DA INCONFORMIDADE TÉCNICA DO PRODUTO OFERTADO PELA EMPRESA VENCEDORA

Conforme datasheet apresentado pela própria empresa vencedora, a qual também disponibilizaremos em anexo, (Intelbras iNVD 7164 FT), verifica-se que:

1. **Reconhecimento facial limitado a 2 canais**, e não aos 8 exigidos pelo edital;
2. **Análise forense limitada a até 2 canais**, enquanto o Termo de Referência exige capacidade de até **8 canais pelo gravador**;

3. Diversas inteligências artificiais não são processadas nativamente pelo NVR, mas **dependem das câmeras**, contrariando frontalmente o edital, que exige capacidade nativa do gravador;
4. Não há comprovação de que o equipamento processe **12 faces por segundo**, conforme determinado;
5. Limitadores de throughput e processamento impedem que o equipamento execute simultaneamente os recursos mencionados pelo TR.

Assim, não restam dúvidas de que o produto ofertado é **tecnicamente inferior ao requerido**, não devendo ter sido aceito. E mais: a aceitação de tal produto gera grave precedente, pois permite que empresas ofertem soluções inferiores ou mais baratas, que não atendem minimamente às necessidades administrativas, reduzindo artificialmente o custo em detrimento da efetividade da política de segurança pública.

IV – DO NECESSÁRIO PROVIMENTO DO RECURSO

A Lei 14.133/2021 dispõe, em seu art. 59, que propostas que contenham vícios insanáveis **devem ser desclassificadas**. Senão vejamos: “Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que: I - contiverem vícios insanáveis”;

Nesse sentido, o pregoeiro(a) não possui discricionariedade para mitigar requisitos técnicos mínimos, já que o edital define objetivamente o padrão de desempenho esperado. Trata-se de matéria de ordem pública: a contratação deve recair sobre produto **compatível com as necessidades do órgão**, sob pena de contratação ineficaz e lesiva ao interesse coletivo.

Assim, não se trata de questionamento subjetivo, tampouco de crítica ao julgamento realizado, mas sim de **exigência legal**, diante de elementos objetivos e documentalmente comprovados.

V – COMPARATIVO DAS DIVERGÊNCIAS

Termo de Referência	(INVD 7164 FT)	Conclusão
InSearch com capacidade mínima para 36 canais	Capacidade limitada a 32 canais	Não atende

Termo de Referência	(INVD 7164 FT)	Conclusão
Detecção inteligente de pessoas e veículos realizada pelo gravador em 32 canais	Gravador processa apenas 8 canais; demais inteligências dependem de câmeras	Não atende
Reconhecimento facial pelo gravador em até 8 canais	Gravador processa somente 2 canais	Incompatibilidade direta; <u>desempenho quatro vezes menor</u> que o exigido.
Análise forense com capacidade para até 8 canais no gravador	Gravador não possui análise forense (0 canais)	Falha grave; funcionalidade central do edital está ausente no NVR ofertado.
Detecção de EPI realizada pelo gravador	Gravador não realiza detecção de EPI (apenas câmeras: até 8 canais)	Não atende
Execução nativa das inteligências artificiais no NVR	Grande parte das IA depende das câmeras, não do gravador	O produto não configura um NVR inteligente conforme definido pelo edital, mas um sistema híbrido não previsto no TR.

A tabela acima evidencia que **em todos os pontos críticos de inteligência artificial, processamento, análise e reconhecimento**, o equipamento ofertado possui **capacidades inferiores às exigidas**. Essas divergências:

1. **não são sanáveis**, pois decorrem de limitações de hardware e não de documentação;
2. **não admitem complementação**, já que não é possível "suprir" capacidade inexistente no gravador;
3. **afetariam diretamente a finalidade do objeto**, que é fornecer um NVR com processamento avançado embarcado;
4. **violam o modelo de arquitetura definido no TR**, que pressupõe concentração da IA no NVR — e não nas câmeras.

Desse modo, é inequívoco que o produto apresentado **não possui equivalência técnica**, não satisfazendo o desempenho mínimo exigido. A aceitação da proposta implicaria contratação de equipamento inferior, incapaz de executar integralmente as funcionalidades estratégicas previstas pelo órgão requisitante.

VI - DA RESPONSABILIDADE DA LICITANTE

É evidente, portanto, que o equipamento ofertado pela empresa F. COLBAN SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA não apenas se distancia pontualmente das especificações do edital, mas falha exatamente nos elementos estruturantes que definem o objeto da contratação.

Essas discrepâncias não podem ser relativizadas pelo apelo da interpretação, sobretudo porque decorrem de **limitações físicas e funcionais do hardware**, e não de dúvida técnica ou omissão documental.

Mais grave do que isso, porém, é o efeito prático da aceitação desse produto: **a Administração somente perceberá a extensão do problema quando receber o material**, momento em que verificará que o gravador não executa as funções essenciais previstas no Termo de Referência. Não haverá reconhecimento facial em 8 canais, não haverá capacidade de busca forense compatível, não haverá IA embarcada suficiente, não haverá processamento que atenda ao fluxo planejado e, sobretudo, **não haverá solução completa**, mas apenas um equipamento básico, incapaz de entregar os resultados esperados.

Assim, à luz da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da proposta fiel ao objeto e do art. 59, I, da Lei 14.133/2021, impõe-se o reconhecimento de que a proposta apresentada pela recorrida contém **vício insanável**, consistente na **oferta de produto inadequado**, devendo ser desclassificada de pronto.

VII – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer a Vossa Senhoria:

1. O conhecimento e provimento integral do presente recurso, reconhecendo-se que o produto ofertado pela empresa F. COLBAN SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA não atende às especificações técnicas essenciais previstas no Termo de Referência, em especial quanto às capacidades de inteligência artificial, processamento, análise forense e reconhecimento facial;
2. A consequente **desclassificação da proposta** da empresa recorrida, nos termos do art. 59, I, da Lei nº 14.133/2021, em razão da existência de vício

insanável e da incompatibilidade entre o produto exigido e o produto efetivamente ofertado;

3. A juntada e análise de todos os documentos anexos.

Vila Velha-ES, 05 de dezembro de 2025.

CARLOS HENRIQUE
NEGRELLI
CELESTRINO:17636
065703

Assinado de forma digital
por CARLOS HENRIQUE
NEGRELLI
CELESTRINO:17636065703
Dados: 2025.12.05
11:03:40 -03'00'

CARLOS HENRIQUE NEGRELLI CELESTRINO

OAB/ES 42.393